

## **A EXPERIÊNCIA TRANSGRESSORA VIVIDA DO PRETO: A NECESSIDADE DE ESTUDAR INTELLECTUAIS NEGRXS**

Rodrigo Neres da Silva Mamede<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O sujeito acadêmico ainda se encontra centrado na figura eurocêntrica, que não condiz com as experiências que vivemos estando num país etnicamente construído com referências diversas. O presente artigo tem como objetivo argumentar a respeito da necessidade do estudo com base em intelectuais que não estão dentro da esfera hegemônica eurocêntrica, na escola e na academia, a partir da questão “Por que estudar intelectuais negrxs?”. Para tal, foi preciso compreender conceitos de identidade, identificação e reconhecimento, entrelaçando os estudos de Nilma Lino Gomes, Frantz Fanon, Stuart Hall e Charles Taylor, além das contribuições de bell hooks, utilizando como exemplo, principalmente, o Juiz Estadunidense ultra-conservador Clarence Thomas e o vereador brasileiro do estado de São Paulo Fernando Holiday (PSDB-SP). Por fim, concluo afirmando que estudar intelectuais, não apenas negras e negros, mas também de toda a “periferia do conhecimento acadêmico” é essencial para que se construam na escola e na universidade horizontes baseados em visões de mundo contra hegemônicas, que propiciem identificação e reconhecimento e auxiliem na construção de identidades na diferença que dá a real noção do lugar que cada indivíduo ocupa no mundo.

**Palavras-chave:** Intelectuais negros; Identidade; Identificação; Reconhecimento

A leitura de textos, acadêmicos ou não, que fujam de uma centralidade no sujeito que é tratado como o padrão universal é sempre muito rica. Trazer à tona um mundo em que nos inclua, e quando falo no plural, incluo não só negras e negros, incluo toda pessoa que não se vê nesse modelo eurocêntrico de ser humano, é muito importante e enriquecedor para a construção de debates e identidades mais complexas e conscientes.

Este texto tem como objetivo central responder a seguinte questão: “Por que estudar intelectuais negrxs?” mas, sinto que não posso responder à essa pergunta sem colocar quem sou e a minha relação com os intelectuais que irão me ajudar a responder e alcançar o objetivo. Assim como aprendi com bell hooks, se quero que as pessoas que

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Relações Étnico Raciais do Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ. E-mail: rodrigondsm@gmail.com

vão ler e tentar entender comigo corram riscos e se sintam abertas a se repensarem, preciso correr meus riscos primeiro e me expor, mostrar quem sou.

Nasci em uma família interracial de classe média baixa no Rio de Janeiro. Minha mãe, negra, e meu pai, branco, depois de terem crescido no subúrbio da cidade, resolveram que deveriam criar seu único filho dando as oportunidades que eles não conseguiram ter por seus pais, meus avós, não terem dinheiro suficiente para certas comodidades e terem que trabalhar muito cedo, o que os impediu de entrarem para um curso superior. Devido sua condição de trabalhadores do funcionalismo público, tinham condições de me colocar em uma escola particular com mensalidades que não pesavam muito no orçamento da casa e, assim, começa minha vida escolar em um colégio de freiras na Glória, bairro próximo de onde residíamos, Santa Tereza.

Ter estudado nessa escola me possibilitou ter um ambiente em que me sentisse acolhido e com um apoio familiar grande, porém, a questão racial não era um assunto a ser debatido em momento algum. Dessa forma, cresci sem me dar conta de que era negro e das questões que a cor da minha pele carregavam consigo. Não entendo que era socializado como branco, longe disso, até porque sempre tive a percepção de que tinha a pele mais escura que a de meu pai e a mesma de minha mãe.

Com o pensamento de querer dar condições boas de educação, moradia etc., acabei nunca tendo estudado em escolas públicas em minha vida escolar e esse fato acabou por não me permitir ter a exata noção do que era ser negro, o que veio acontecer de forma traumática, quando tive que lidar com um policial militar apontando uma arma para mim pelo simples fato de existir no lugar onde estava. Pensar que fui parado por um policial no meio da rua me fez ver como ser negro não era um mar de rosas, como meus pais tinham conseguido, com sucesso, me “poupar” do fardo de viver em uma sociedade em que minha raça era um fator preponderante para o sofrimento e como outras situações eram igualmente situações de preconceito racial e, por não enxergar a existência de uma ordem inata que determina que o negro é alguém perigoso ou suspeito, eu não consegui interpretar dessa forma.

Achei, por muito tempo, o fato de ter sido enxotado por um vizinho e ter sido chamado de “neguinho” no processo era apenas uma falta de educação dele. Também achei que ter minha bolsa revistada por um cão policial seguido de um policial militar e uma câmera de um programa ‘jornalístico’ de TV dentro de um ônibus era normal e terem revistado os únicos dois negros dentro desse mesmo ônibus era uma coincidência.

Pensarem que minha avó era a empregada da família ou que meu pai era apenas o “homem casado com sua mãe” então? Só um mal entendido.

Essas coisas ficaram martelando em minha cabeça por algum tempo (hoje em dia ainda fico pensando em algumas delas) e minha primeira reação foi me negar. Me achava feio, que meu cabelo crespo não era legal e que precisava sempre me vestir de forma a parecer bem arrumado; não podia andar como esses moleques de rua, precisava fazer o mundo enxergar que não merecia ser abordado pela polícia de novo, que não era o “neguinho” a ser enxotado, que eu era bonito. Daí para raspar ou alisar o cabelo foi fácil. Usar roupas muito ‘arrumadas’ era o padrão. Enquanto isso, ver meus amigos – a grande maioria brancos – usando chinelos e bermudas em qualquer situação era algo muito fácil.

Comecei e continuei, por muito tempo, tentando não ‘ser’ negro. Me dizia moreno; tentava me afastar das coisas que me lembravam que era negro, que minha pele negra me incomodava. Até que um dia decidi que me negar era muito mais difícil e trabalhoso do que ser quem eu realmente sou: um homem negro. A partir daí comecei a tentar me afirmar e fazer (mais) uma graduação em uma universidade pública passava muito por isso. E essa afirmação culmina, para mim, em estar num mestrado que discute o que eu realmente sou. Mas o mestrado foi o momento em que, academicamente, minha cabeça começou a entrar em parafuso.

Fiz duas graduações, uma em universidade particular e outra em pública, me formei, fiz inúmeros textos, li muita coisa e ninguém que li tinha a sua identidade racial minimamente questionada. Não posso dizer que não tinha lido nenhum negro, Stuart Hall não me deixa desde o segundo semestre de Comunicação Social, mas eu nunca tinha parado para pensar na importância que existe em racializar algumas questões como essa de ter uma leitura científica que fosse mais negra e que desse atenção ao fato de ser negro e suas implicações.

Quando cheguei ao mestrado, a primeira pergunta que me fizeram, depois de saber como me chamava e porque estava ali, foi a pergunta que eu tenho como objetivo responder neste texto. Respondi com o que eu achava mas até hoje não consigo pensar que minha resposta foi minimamente plausível. Naquele momento, em que fui questionado sobre o porquê de estudar intelectuais que compartilham a mesma cor de pele que a minha, comecei a me questionar. Por que não estudei nenhum negro ou

negra? Por que nunca soube a cor de quem estava lendo até agora? Por que isso me foi negado durante duas graduações?

Eu vou agora, com esse texto, questionar isso também. Acredito que, se eu quiser entender porque estudar intelectuais negras e negros, preciso entender porque não estudamos eles. Para responder essas questões que apresento e conseguir traçar um norte para entender a questão central deste trabalho, vou tentar definir alguns conceitos que enxergo como fundamentais para compreender.

### **Identidade, identificação e reconhecimento**

Se afirmar como negro passa por muitos desafios e momentos em que essa afirmação ganha contornos negativos. A afirmação é um embate interno para descobrir o que ele vai assumir como identidade no âmbito racial. Nilma Lino Gomes diz que a identidade é um processo referente a um “modo de ser no mundo e com os outros” (2005: 41), ou seja, uma definição de si e para os outros. Ainda segundo Gomes

(...) a ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros.” (Gomes, 2005: 41)

Ou seja, não existe identidade sem considerar também o outro, o mundo externo que nos cerca.

Kabengele Munanga faz um adendo ao conceito de identidade quando diz que “como se percebe, o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais” (1988: 14). Então, a identidade, além de depender da interação com o mundo, com o outro, é uma identidade fragmentada entre muitas facetas de um indivíduo.

Stuart Hall argumenta que o sujeito, que era considerado algo com uma identidade única e estável, à luz da modernidade tardia que se inicia na segunda metade do século XX, se torna fragmentado, formado por várias identidades que entram em contradição, que não são completamente resolvidas, o que dá uma noção ainda maior de sua efemeridade (1998: 12). Hall discute ainda que

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis,

com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (Hall, 1998: 13)

Voltando a Munanga, o autor, como foi dito acima, ao que parece, concorda com a fragmentação da identidade na modernidade tardia, defendida por Hall, podendo ser formada por inúmeras fontes. Mas, sobre a identidade do negro, ele afirma que ela se dá, na realidade concreta, em forma de exclusão e de alienação, o que faz com que o negro perca a noção exata de quem ele realmente é e acabe concordando e reproduzindo os modelos dados pelo sistema de opressão vigente. (1988: 17)

Para negras e negros, na medida em que esse mundo externo, esse sistema de opressões, determina que a imagem do negro “é o símbolo do Mal e o do Feio”, como mostra Fanon (2008: 154), se ver como negro se torna algo complicado e, à primeira vista, quase impossível. Como alguém vai querer ser uma coisa que o mundo rejeita? Então, a reação natural a isso é negar o que ele é e tentar ser algo que ele possa ser mais aceito e respeitado na sociedade.

Sobre isso, Munanga vai argumentar que o negro, pressionado e influenciado em seu psicológico, “acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar” (1988: 37). Esse reconhecimento, essa acusação, o coloca em dúvida sobre si e ele acaba se questionando se a acusação não está certa, se ele não é esse ‘arremedo detestado’ de homem. “Bem divulgado, o retrato degradante acaba por ser aceito pelo negro e contribuirá para torná-lo realidade, portanto uma mistificação. (Idem, 1988: 37).

A busca da aceitação (e até ascensão) social faz com que o negro tente se embranquecer, se tornar o que a sociedade admira, o padrão de beleza que aparece na mídia como um todo. Com isso, negras e negros vão tentar se parecer com esse ideal eurocêntrico de beleza, se vestindo com o que está mais na moda, mudando suas estruturas capilares e, em alguns casos, procurando meios de intervir na forma que seu corpo é, com intervenções cirúrgicas e cremes para clarear o tom da pele. Um disfarce embranquecido, que vai coloca-los em posição passível de aceitação dentro do padrão imposto. O embranquecimento do negro, de acordo com Munanga, se dá pela “assimilação dos valores culturais do branco. Assim, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá alimentação estrangeira, tão cara em relação a seu salário.” (1988: 38).

A agressão às identidades, para negras e negros, tem um ambiente favorável na escola, momento em que a criança sai do seu ambiente familiar e entra no mundo externo de vez. Quando Fanon fala sobre os antilhanos em seu livro "Pele negra,

Mascaras brancas", dá a possibilidade de traçarmos alguns paralelos com a nossa realidade. Ele fala sobre os jovens antilhanos negros que, nas salas de aula, se identificavam com os franceses - colonizadores -, absorvendo uma "verdade toda branca" e, dessa forma, se identifica com o outro, adotando uma atitude similar ou mimetizada.

Nas histórias contadas na escola, o herói é o branco e a criança se identifica com o herói, colocando-o em um pedestal de admiração. Um número enorme de livros tem personagens protagonistas de pele clara e os personagens de pele escura são coadjuvantes ou até mesmo os vilões da história. A agressão vai passando a ser mais qualificada de acordo com o passar das séries escolares.

Em nosso caso, não estudamos a história dos países africanos, não estudamos direito como a escravidão se deu no Brasil e no mundo – diz até que a escravidão foi parte importante do desenvolvimento do país, tratando o assunto tal qual a migração de europeus incentivada pelo Estado com o intuito de “melhorar” o povo brasileiro, uma tentativa evidente de eugenia -, chegamos a achar que a Princesa Isabel “libertou” os africanos escravizados e os brasileiros descendentes deles por compaixão e que a sociedade os aceitou de braços abertos depois disso. Não lemos autores de cor e, quando lemos, sua raça nunca é minimamente citada.

Fanon vai tratar do embate entre as realidades quando contextualiza o contato dos antilhanos com os franceses, os quais os antilhanos acreditavam compartilhar uma identidade. Os antilhanos se consideram tão franceses quanto os que vivem na França, na metrópole. Desde a infância, colocam o negro – o africano, em grande parte o senegalês – como “o outro”. Tanto que não se consideram realmente negros, são antilhanos. No momento em que pisam na metrópole, percebem o erro de avaliação. Assim como com o senegalês, que o antilhano considerava como esse “outro” inferiorizado, o francês tem repulsa, medo do negro, tanto do senegalês quanto do antilhano. A constatação, para o antilhano, de que ele não é igual ao francês, mas é igual ao senegalês causa um choque.

Compreendendo a questão e contextualizando com nossa realidade territorial, histórica e política, negras e negros brasileiros não fazem a ida à metrópole como os antilhanos na metade do século XX. As famílias com maiores possibilidades financeiras não mandam seus filhos para Portugal, como as famílias antilhanas enriquecidas mandam seus filhos para a França. As grandes capitais são nossas metrópoles e

geralmente estamos nelas – mesmo que muitas vezes à margem – e a interação com o outro que causa o choque que nos traz para a realidade se dá cotidianamente.

Fanon fala sobre as discussões dos antilhanos que se veem como antilhanos e não como negros. Aqui, nos vemos como "morenos", "mulatos", "da cor do pecado", "pardos" e até mesmo brancos. O 'ser negro' vai se materializar quando ele for tratado como negro. Quando lhe dão o tratamento que ele próprio pensava ser apenas dispensado àqueles que ele julga merecedores. Quando lhe tratam como uma ameaça ou como alguém que não pertence a tal lugar.

Munanga discute que o negro é alienado de sua condição de negro, de sua identidade. O processo de alienação começa no corpo, na cor, na beleza que lhe é negada e vai passando para sua mente, sua história, sua cultura, sua língua (1988: 17). Ele também argumenta sobre o embate entre as realidades quando fala sobre a "desvalorização do negro" e a transição entre teoria e prática do racismo, que Nilma Lino Gomes vai definir como a "discriminação racial". Gomes afirma que "a discriminação racial pode ser originada de outros processos sociais, políticos e psicológicos que vão além do preconceito desenvolvido pelo indivíduo" (2005: 55) e a discriminação pode ser direta ou indireta.

A discriminação direta, segundo Gomes, é originada de atos concretos, caracterizados pela exclusão única e exclusivamente justificada pela cor da pessoa. Já a discriminação indireta se diferencia da discriminação direta por não ter origem nos atos concretos, mas em convenções empresariais, rotinas administrativas ou políticas públicas que, à primeira vista, são tidas como neutras mas que possuem potencial discriminatório (Gomes apud Jaccoud e Begin, 2002).

Para Munanga, o modo de agir racista é implantado na mente das pessoas tal qual reflexos adquiridos na infância. Assim como foi falado anteriormente que as agressões à formação da identidade negra das crianças tem um desenvolvimento importante na escola, para o não-negro, a escola é também um ambiente favorável – assim como no seio familiar – para o desenvolvimento de comportamentos racistas. Eles são incorporado ao ser, suas ações e gestos corriqueiros. Fanon concorda que a aquisição desses 'reflexos racistas' se dá na infância e diz que

(...) precisamos prestar muitíssima atenção ao modo como as crianças brancas entram em contato com a realidade do preto. Na América, por exemplo, o jovem branco, mesmo que não habite no Sul, onde tem concretamente a oportunidade de ver pretos, conhece-os através do mito de Tio Remus. Na França, poderíamos evocar A cabana do Pai



Tomás. O filhinho de Miss Sally e Mars John escuta, com uma mistura de medo e admiração, as histórias de Brer Rabbitt. Bernard Wolfe faz, dessa ambivalência do branco, a linha dominante da psicologia branca americana. Ele chega mesmo, apoiando-se na biografia do compilador dessas histórias, Joel Chandler Harris, a mostrar que a admiração corresponde a uma certa identificação do branco com o negro. (Fanon, 2008: 149)

Fanon afirma ainda que “(...) o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. (...) O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro” (2008: 160). Para Munanga, o racismo funciona como um instrumento de manutenção da ordem estabelecida:

A sociedade colonial teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isso não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos).” (Munanga, 1988, p. 25)

O conhecimento difundido nas escolas no Brasil é, predominantemente, eurocêntrico e isso causa uma desvalorização enorme do conhecimento ‘não-ocidental’. Isso chega até a academia e, como disse anteriormente, gera uma não discussão a respeito da questão racial. É como se discutir raça e etnia, aos olhos daqueles que não incentivam e invisibilizam o debate, fosse causar o racismo. Porém, enquanto a questão não for debatida na escola e nas universidades, continuaremos reproduzindo práticas discriminatórias sem a mínima percepção e ainda julgando os esforços de quem tenta fazer algo como algo negativo.

Portanto, estudar intelectuais e histórias não hegemônicas, como os autores negros e negras, além de muitos outros se mostra como uma alternativa importante para que se comece a mudar o quadro de invisibilidade de minorias na escola. Só que para isso, é necessário também que os professores que escolhem os autores tenham atenção para racializar o debate. O que quero dizer com isso é que não adianta que o autor seja lido, é importante debater a identidade desse autor, se ele ou ela é uma pessoa de cor ou não, se debate a questão racial, de que forma, etc. E isso vale para qualquer outro autor ou autora. A identidade deles é muito importante para entender os caminhos que os levam a escrever.

É importante, neste momento, que se aborde a relação entre identidade e reconhecimento. A emergência do reconhecimento no que tange à formação da identidade é caracterizada por Charles Taylor quando ele afirma que correntes políticas vão necessitar do reconhecimento para fortalecer esses movimentos políticos minoritários. Para ele, a identidade “designa algo como uma compreensão de quem



somos, de nossas características definiitórias fundamentais como seres humanos" e é "moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, freqüentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros" (2000: 241). O reconhecimento errôneo que cita Taylor, para negras e negros, parte do que foi falado anteriormente sobre a imagem do negro propagada para o branco na escola e em histórias e desenhos animados. Taylor ainda sobre isso, discute que "O não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora" (2000:241), o que se relaciona com a "cristalização do negro" que Munanga argumenta ao dizer que

(...) negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. O espírito de muitas gerações europeias foi progressivamente alterado. A opinião ocidental cristalizara-se e admiia de antemão a verdade revelada negro = humanidade inferior (Munanga, 1988: 24).

Taylor vai falar que essa inferioridade que é posta para as minorias por meio do reconhecimento errôneo acaba sendo internalizada e faz com que não se consiga aproveitar novas oportunidades quando os avanços são alcançados e a primeira tarefa para conseguir se livrar desse complexo e evoluir é expurgar essa identidade imposta. (2000: 241-242).

Ainda que Hall argumente que a identificação e o reconhecimento, à medida que estamos frente a frente com esse mundo deslocado e fragmentado que nos impõe uma identidade fragmentada, são mais perenes e temporários, mostrando isso no exemplo que usa de Clarence Thomas, um juiz negro conservador dos EUA que é chamado por George Bush para ocupar cargo na Suprema Corte e é acusado de assédio sexual por uma ex-colega de trabalho negra, Anita Hill e tudo isso provoca inúmeros processos de identificação e reconhecimento fragmentados em relação a Thomas.

Podemos traçar paralelos com nossa realidade quando falamos de Fernando Silva Bispo, mais conhecido como Fernando Holiday, eleito nas eleições de 2016 para o cargo de vereador da cidade de São Paulo pelo partido Democratas (DEM) com 48.055 votos<sup>2</sup> - 0,89% do total. Holiday, assim como Thomas, possui inúmeras identidades, sendo algumas delas a identidade racial, política – conservadora -, de classe, de

---

<sup>2</sup> <https://www.eleicoes2016.com.br/fernando-holiday/>

orientação sexual, as que ele afirma<sup>3</sup>. Os eleitores de Holiday podem ter se reconhecido nele pela existência dessas identidades que ele afirma para si.

Assim que eleito, Holiday declarou que suas primeiras ações como vereador, com o mote “Combate ao vitimismo”<sup>4</sup>, seriam a discussão em vista da revogação do feriado da Consciência Negra, dia 20 de Novembro, na cidade de São Paulo, da extinção do programa de cotas raciais para concursos públicos<sup>5</sup> e das secretarias para negros e LGBTs na prefeitura<sup>6</sup>. Holiday, com o apoio de eleitores que podem ter se identificado com o fato de afirmar negro, pobre e gay, com a identificação e a representatividade que ele inspirou e significou, entrou no cargo para acabar com avanços significativos, conseguidos pelo movimento negro em nome de uma maior igualdade de condições para negras e negros na sociedade e para o respeito à memória das pessoas escravizadas no processo de construção do Brasil. O que Holiday afirma que pretende realizar em seu mandato, condiz com o que Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Mattos Roeder traçam como características do que eles denominam “nova direita”:

(...) essa nova “família de partidos” (Ennsner, 2010) reconhece que não é possível governar sem olhar para os socialmente excluídos (e, em especial, para seu respectivo peso eleitoral). Não buscam dar melhores condições materiais de vida para os cidadãos, mas sim estabelecer um pacto de igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades não deve ser traduzida como igualdade plena. (Codato, Bolognesi e Mattos, 2015: 121)

As ações dele favorecem a manutenção de status quo pretendida por aqueles que não toleram uma sociedade mais igual. Portanto, a representatividade acaba por ser vazia; não adianta apenas ser negro, LGBT e pobre, é preciso, ao meu ver, se ter compromisso com essas identidades e com a representatividade que elas exercem.

### **Considerações Finais**

Acredito que a identificação e o reconhecimento sejam processos importantes para negras e negros criarem suas identidades de forma positiva. Mesmo que, como destacado anteriormente por Stuart Hall, a identificação esteja mais dificultada devido à

---

<sup>3</sup> Discurso de Fernando Holiday disponível no canal do Movimento Brasil Livre (MBL), do qual faz parte em que afirma, além de seu posicionamento político: “Eu, como negro, como pobre, como homossexual, não me vitimizo”. < <https://www.youtube.com/watch?v=f3qCFFTgRG0>>

<sup>4</sup> Página do Facebook de Fernando Holiday falando sobre o “Combate ao vitimismo” – disponível em <<https://www.facebook.com/fernandoholiday.mbl/posts/1797674907137334:0>>

<sup>5</sup> “Fernando Holiday: ‘Cotas incentivam o racismo, são prejudiciais para o Estado e para os negros’” - disponível em < <http://www.brasilpost.com.br/2016/11/18/entrevista-fernando-holiday-n-13011084.html>>

<sup>6</sup> “Vereador eleito em São Paulo, Fernando Holiday, defende fim de secretarias para negros e LGBTs” – disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/blogs/mesalte/vereador-eleito-em-sao-paulo-fernando-holiday-defende-fim-de-secretarias-para-negros-e-lgbts/>>

fragmentação da identidade, que torna essa identificação mais efêmera, ainda assim é um fator determinante para essa formação identitária.

Começando desde a escola, com livros e desenhos animados que tenham personagens principais, heroínas e heróis negras e negros, passando pelo ensino da história e cultura negras - como, aliás, prevê a lei 10.639 desde 2003<sup>7</sup> -, chegando, por fim, ao estudo dos intelectuais negros na graduação e pós graduações. É importante que se discuta a questão racial (e de gênero, orientação sexual, classe, etc.) que envolve os autores a serem estudados para formar o contexto por trás de cada artigo, livro, etc. para que o leitor se sinta representado, sinta como é importante que se veja em cada parte dos textos e que relacione com a própria vida.

Quando bell hooks faz menção em seu livro “Ensinando a Transgredir” às professoras que tinha na escola Booker T. Washington – que era uma escola voltada para a comunidade negra de Tulsa, no estado de Oklahoma, nos Estados Unidos - nas séries iniciais de sua vida escolar, dizendo que para os educadores negros, o ato de educar um ato político enraizado na luta antirracista, me faz pensar nesse educar (e ser educador) como ato de resistência. hooks conta que

Quase todos os professores da escola Booker T. Washington eram mulheres negras. O compromisso delas era nutrir nosso intelecto para que pudéssemos nos tornar acadêmicos, pensadores e trabalhadores do setor cultural - negros que usavam a "cabeça". Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir (hooks, 2013: 10)

Para as educadoras negras e para as crianças que elas educavam, a educação era a forma que encontravam de resistir a um mundo onde são minorias, que seriam obrigadas a seguir caminhos limitados pelo machismo e pelo racismo. A educação era a libertação delas.

hooks continua contando que quando deixaram as escolas da comunidade negra e foram obrigados, devido ao movimento de dessegregação ocorrido nos EUA na década de 50, os alunos negros deixavam para trás “um mundo onde os professores acreditavam que precisavam de um compromisso político para educar corretamente as crianças negras” (hooks, 2013: 12) e teriam aulas que reforçavam estereótipos que reforçavam a ideologia racista vigente. Para hooks, “a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola” (idem, 2013: 12).

---

<sup>7</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)

A ‘perda do gosto’ pela escola é muito comum e tem cor. Segundo o relatório “Aprendizagem em Foco”, realizado pelo Instituto Unibanco (2016) com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um pouco mais da metade dos alunos e alunas negras e negros entre 15 e 17 anos (51%) estavam na escola. Os outros 49% estão fora por motivos que vão da necessidade em trabalhar a gravidez. Outro indicador é o de preconceito na escola que mostrou que

“outra constatação importante do estudo foi que nas escolas onde professores, funcionários e alunos tinham maiores níveis de preconceito, os resultados de aprendizagem verificados na Prova Brasil (exame nacional do MEC) também eram menores, comprovando que há uma correlação entre a discriminação e os resultados dos alunos.” (Instituto Unibanco, 2016)

O relatório mostra que ainda temos uma educação que não tem um compromisso claro e adotado integralmente para uma sociedade menos preconceituosa e isso se reflete também na escolha de livros didáticos e textos na graduação.

A relação entre os textos acadêmicos e a realidade de ser negro, até hoje para mim, não tinha sido possível, já que nunca me enxergava em texto acadêmico nenhum. Parece sempre uma realidade à parte. E quando se começa a ler intelectuais negras e negros que falam de coisas que são referentes às nossas vidas, aos nossos sofrimentos e conquistas, o sentimento de se sentir representado que emerge, se identificar com o que está escrito e sentir que pode ser um ponto de mudança a partir daquilo é indescritível. Além disso, quando nós, negres, vemos que o caminho não é tão fechado para nós, que já tem outros que desbravaram e romperam algumas barreiras para nós, sentimos que podemos também chegar em outros lugares, que podemos criar esses lugares para outros negros e que isso se torne um fluxo constante. Representatividade, com consciência e com objetivos, realmente importa.

Quando levanto o assunto referente à representatividade e digo que não pode ser uma representatividade vazia, quero dizer que é de suma importância se dar conta de que, primeiramente, somos todos sujeitos políticos. bell hooks, quando escreve, tem compromisso com a causa feminista e com uma educação libertadora; Frantz Fanon se compromete em cada linha com a descolonização, principalmente a de negras e negros. Então, quando estudamos intelectuais negros e quando escrevemos, devemos estar atentos a isso, ao compromisso que o autor tem e ao que nós temos. Se estamos compromissados com a criação de uma sociedade mais igualitária para todos, ainda que seja por meio, principalmente, da nossa identidade negra, devemos manter esse

compromisso em cada texto, em cada linha, em cada escolha de palavra. Somos vetores de mudança e não podemos deixar que representações vazias se perdurem. Elas podem gerar situações como a eleição de Fernando Holiday. Percebem como não dá para compactuar com essa representatividade vazia?

Portanto, respondendo diretamente à pergunta geradora deste texto “Por que estudar intelectuais negrxs?”, digo que devemos estudar intelectuais negras e negros – e não somente eles, mas também intelectuais que estejam na “periferia” desse conhecimento eurocêntrico – porque, além de nos dar visões que sejam contra hegemônicas, nos permite ler e estudar um conhecimento que nos faz sentir identificados, representados pelas pessoas e por aquilo que elas escrevem. Quando isso acontece, se permite que saibamos que o conhecimento tem mais de uma voz que não a que sempre escutamos e não sentimos parte dela.

Ao ler os intelectuais negras e negros para este novo período na minha vida, pela primeira vez, senti que os textos falavam sobre quem eu era, sobre minha vida e não sobre um sujeito projetado. Em cada leitura, sentia que aquele texto me permitia refletir melhor sobre minha vida como um homem negro e entender também que minha identidade, como Nilma Lino Gomes diz, também se constrói na diferença. Saber as diferenças que constrói minha identidade perante o mundo me dá noção do meu lugar no mundo e, dessa forma, posso entender melhor os outros e o mundo por meio desse novo prisma.

### **Referências Bibliográficas**

CODATO, Adriano, BOLOGNESI, Bruno, ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador em  
VELASCO E CRUZ, Sebastião, KAYSEL, André, CODAS, Gustavo (orgs.). Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Edufba, 2008. Tradução de Renato da Silveira

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

HALL, Stuart. A identidade cultura na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO UNIBANCO (São Paulo) (Comp.). Aprendizagem em Foco. 2016. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e Sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo, Loyola, 2000.